



ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OP. URB. CONSORCIADA FARIA LIMA  
REALIZADA EM 04/07/2013 – 15:00 HORAS  
Rua Líbero Badaró nº 504 – 26º andar / EDIFÍCIO MARTINELLI

#### REPRESENTANTES PRESENTES

##### 1. SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO – Representante Titular

GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES – Representante Suplente

##### 2. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU

WEBER SUTTI – Representante Titular

##### 3. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SF

WALKIRIA MITIKO OKUYAMA – Representante Titular

OSANA LUZ NOVAIS MOREIRA – Representante Suplente

##### 4. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT

REGINA MAIELLO VILLELA – Representante Suplente

##### 5. SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

VALTER ANTONIO ROCHA – Representante Titular

##### 6. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

LUIS HENRIQUE TIBIRIÇÁ RAMOS – Representante Titular

##### 7. SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - SMSP

ADRIANA ROLIM DE CAMARGO – Representante Titular

##### 8. ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS - APEOP

EDUARDO JACINTHO MESQUITA – Representante Suplente

##### 9. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA USP - FAU/USP

MARLY NAMUR – Representante Titular

ANA CASTILHO BARONE – Representante Suplente

##### 10. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - IAB

MARCOS ALFREDO MENDES ALDRIGHI – Representante Titular

##### 11. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Representante Titular

##### 12. Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI

RICARDO YAZBEC – Representante Titular

##### 13. ASSOSSIAÇÃO DOS MORADORES DE FAVELAS

ANTONIO CÂNDIDO DE AZEVEDO SODRÉ – Representante Titular

#### CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

FÁBIO TEIZO – SP URBANISMO – CHG

ROSA MARIA MIRALDO – SP URBANISMO-DGF

MARIA ERMELINA B. MALATESTA – CET/GPL/DCL

LUCIANA MAUTONE – COHAB/SP

LUCIANA TEIXEIRA – COHAB/S

MAURÍCIO PRADO – SP OBRAS

LÚCIA MIYUKI OCUMURA – SP URBANISMO – DGF/GOU

ANDRÉ WILIAM A. LIMA – SARP – Sociedade Amigos do Real Parque

CRISTIANE RAVACHE DE OLIVEIRA – SP OBRAS

VERA R. VIDIGAL - SAAP

Às 15hs18min, no Auditório do 26º andar do Edifício Martinelli, Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho, diretor de Gestão e Finanças da São Paulo Urbanismo e membro titular desta empresa no Grupo Gestor dá início à 18ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, apresentando-se e saudando a todos os presentes. Desculpando-se pela ausência do Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente da São Paulo Urbanismo, Sr. Fernando de Mello Franco, em razão de compromissos anteriormente assumidos, apresenta o Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo e membro suplente neste Grupo Gestor, Sr. Gustavo Partezani Rodrigues, e também o Sr. Fábio Teizo, Chefe de Gabinete da São Paulo Urbanismo.



ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OP. URB. CONSORCIADA FARIA LIMA  
REALIZADA EM 04/07/2013 – 15:00 HORAS  
Rua Líbero Badaró nº 504 – 26º andar / EDIFÍCIO MARTINELLI

Dando início a apresentação slides contendo atualização dos dados da OUC Faria Lima (esta apresentação passa a ser parte integrante desta ata), Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho destaca a nova composição do Grupo Gestor, conforme publicação a respeito no Diário Oficial do Município – Portaria 190 de 20 de junho de 2013, mencionando membro a membro, indicando os presentes na reunião.

À seguir, Rosa Maria Miraldo, Assessora da Diretoria de Gestão e Finanças passa a apresentar slides contendo dados financeiros, títulos (CEPAC) e estoques de potencial construtivo atualizados.

Diante da informação acerca dos recursos aplicados e reservados para HIS até o momento, de que o montante corresponde a mais de 10% do valor já auferido pela OUC Faria Lima, conforme preconiza a Lei 13.769/2004 (Art. 15, parágrafo 1º), o Sr. Antonio de Azevedo Sodré, representante da Associação de Moradores de Favela, questiona se esse percentual de 10% não deveria corresponder apenas aos gastos com obras de HIS, excluindo, por exemplo, os gastos com desapropriações para essa finalidade, manifestando preocupação com a suficiência de recursos para conclusão do HIS Real Parque. Sugere, também, que este conjunto seja concluído antes do início do HIS Coliseu. Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho esclarece que os 10% previstos na Lei englobam todos os gastos envolvidos na produção de HIS. Acrescenta que não há motivo de preocupação com a conclusão das obras do Real Parque e nem necessidade de aguardar sua conclusão para iniciar o HIS Coliseu, posto que há recursos para atender às duas intervenções, sendo apoiado nesta manifestação por Marli Namur, representante da FAU USP.

Representando a Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB, a arquiteta Luciana Mauttone fez uma breve apresentação da proposta de intervenção, por aquela Companhia, na Favela Coliseu, integrante do Programa de Intervenções da OUC Faria Lima (Lei 13.769/2004). Informa que as lideranças da população local, estimada em 250 famílias, já foram contatadas, e que o estudo ora apresentado para HIS no local prevê 252UH. Menciona as providências em andamento para viabilizar o empreendimento, como preparação de decreto de interesse social para a área e estudo de minuta de convênio com a São Paulo Urbanismo, gestora das operações urbanas. Ressalta que o programa deste empreendimento deverá prever comércio no local e creche, e que embora estes estudos já tenham sido iniciados há algum tempo, estão sendo reapresentados à nova diretoria da COHAB em razão da mudança de gestão. Com respeito ao aspecto fundiário da área, são em torno de 14 proprietários de pequenos lotes. A proposta de intervenção para a Favela Coliseu está em análise de viabilidade a partir de um estudo de massa (implantação do projeto), segundo o qual se estima um valor de recursos necessário da ordem de R\$ 39 milhões.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho destaca que na questão do projeto deste empreendimento a São Paulo Urbanismo deverá dar sua contribuição. Gustavo Partezani Rodrigues afirma que o Secretário Fernando de Mello Franco pede que se articule o programa habitacional com as demais intervenções do Programa de Intervenções da OUC. Weber Sutti, Chefe de Gabinete de SMDU e membro titular daquela Secretaria neste Grupo Gestor, questiona acerca de prazos. Luciana informa que a assinatura do convênio da COHAB com a SP Urbanismo para viabilizar as ações pode sair em julho; o decreto de interesse social está praticamente pronto; Luiz Henrique Tibiriçá Ramos, membro titular da SEHAB no Grupo Gestor pensa que até o final do ano é possível estar ocorrendo a licitação destas obras.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho destaca que iniciar as obras depende de imissões na posse, devendo ainda ser pensado o realocamento das famílias para iniciar as obras. Luiz Henrique Tibiriçá Ramos destaca que uma obra desse porte não deve levar mais que 24 meses, lembrando que a questão ligada a desapropriações é um assunto em que o Prefeito está particularmente empenhado..

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho destaca que deverá ser difícil promover desapropriações amigavelmente pois na área objeto da intervenção há várias ações de usucapião. Antonio de Azevedo Sodré questiona como serão removidas as famílias para que sejam executadas as obras. Antonio Carlos Cintra informa que o instrumento a ser utilizado nesse período é o auxílio aluguel. Luiz Henrique Tibiriçá complementa dizendo que o valor deverá girar em torno de R\$400 a R\$500.

Ainda no tópico HIS, Luiz Henrique Tibiriçá passa a trazer os informes sobre o Conjunto do Real Parque com base nos slides apresentados. Esclareceu que a licitação da 2ª fase das obras foi paralisada em razão de representação levada ao Tribunal de Contas para análise. Salienta que o Secretário Municipal de Habitação tem argumentado junto ao Tribunal que, caso a análise demande muito tempo, a empreiteira poderia se retirar da área, com prejuízo à segurança do local (invasões). Segundo informações, no entanto, a análise está adiantada no Tribunal de Contas, de modo a liberar o andamento da licitação e concluí-la. Lembra que a 1ª fase das obras correspondem a 937UH, das quais restam 190UH com previsão de entrega em outubro, e a 2ª fase contemplará mais 315UH.

Antonio de Azevedo Sodré questiona acerca da instalação de um posto policial no local. Luiz Henrique Tibiriçá não tem informações acerca de evolução neste assunto, devendo ser esclarecido posteriormente com a Equipe de Habi Sul/SEHAB, acrescentando que haverá uma creche, conforme prevista, no conjunto

Para trazer os informes atualizados das obras da Reconversão Urbana do Largo da Batata, o Eng. Maurício Prado da São Paulo Obras passa a descrever os slides acerca da intervenção. Informa que o Terminal Pinheiros (Terminal Capri), finalizado em dezembro de 2012, está em funcionamento desde 01/06/2013, operando com 25 linhas. A garagem subterrânea abriga 415 vagas, porém, até o momento, o espaço não está sendo explorado, estando em discussão a quem caberá a operação, tendo como opções a SP Trans, CET, iniciativa privada ou concessão. São também apresentados o Edifício Administrativo e a passarela de interligação com a Estação Pinheiros da CPTM configurando-se num terminal intermodal, e ainda o Edifício de Apoio que comporta bilheteria, primeiros socorros, vestiários.

Quanto à intervenção junto à Av. Faria Lima, destaca que a 1ª fase do projeto foi de 2008 a 2010, e a 2ª fase denominada Obras Complementares do Largo da Batata e Entorno, iniciada em janeiro de 2012, cuja conclusão estava prevista para junho de 2013, foi prorrogada por mais seis meses, até dezembro 2013. Um dos fatores de atraso na finalização das obras foram os processos de desapropriação necessários para as obras na Rua Eugenio de Medeiros. Embora tenham ocorrido algumas imissões na posse, todas são necessárias para viabilizar o alagamento da via. A Nova Praça de Pinheiros já está com iluminação pública e agora aguarda paisagismo. Explica que a nova Rua Fernão Dias foi criada em decorrência da eliminação de um trecho da Rua Cardeal Arcoverde, e que o trecho correspondente à Nova Praça de

Pinheiros sofreu atrasos em razão das investigações arqueológicas em atendimento às exigências promovidas pelo IPHAN, a partir da qual foram resgatados materiais arqueológicos a serem catalogados. Essa investigação, que se estendeu pelo prazo aproximado de um ano, foi concluída em maio de 2013, e somente a partir de junho de 2013 foi possível abrir essa frente para as obras civis.

Em resposta à indagação acerca da remoção dos ônibus da Av. Faria Lima, Maurício Prado informa que o início da efetiva operação do Terminal Pinheiros ocorreu em 1º de junho, ocasião em que parte dos ônibus do canteiro central da Av. Faria Lima foram para o terminal; no entanto, nem todos irão pra lá. Os que estavam previstos para migrar para o terminal já foram. A SP Trans está em busca de espaço para as linhas remanescentes. Quanto ao impacto no trânsito da garagem sob o terminal, em razão do fluxo de veículos na área, ressalta que o projeto foi desenvolvido em conjunto com a CET.

Adriana Rolim de Camargo, representante da Subprefeitura de Pinheiros informa que há reclamações sobre o piso adotado na Nova Praça - piso de concregrama. Maurício Prado responde que o projeto original previa esse tipo de piso, por sua função de permeabilidade. Adriana Rolim de Camargo observa que a manutenção desse piso é muito ruim. Maurício Prado informa que esse projeto está sendo revisto, inclusive pela razão de que todo o mobiliário urbano que foi concebido está agora um pouco fora de nossa realidade, e esta revisão compreende, entre outros, o piso de concregrama. Gustavo Partezani, Diretor de Desenvolvimento da SP Urbanismo destaca reunião com SP Obras e Subprefeitura de Pinheiros acerca da necessária atualização do projeto, envolvendo mobiliário – há equipamentos que não mais se justificam (cabines telefônicas, por exemplo), além da remoção do concregrama. Informa ter sido proposto ao Subprefeito adequações ao projeto, troca de concregrama por grama e canteiros; bancas de jornal apenas para os já previstos; na área onde houve a pesquisa arqueológica estava prevista uma concha acústica que hoje já não é mais possível - em função da necessidade de execução de fundação profunda inviável em razão da passagem do Metrô.

Maria Ermelina Malatesta, da CET, aborda a questão de um abrigo de ônibus que está sobre a ciclovia na região do Largo da Batata, tendo recebido reclamações de cicloativistas e usuários da ciclovia. O abrigo de ônibus foi colocado em 2005 pelo Metrô que, por ocasião do pedido de licença afirmou que seria retirado assim que as obras do metrô fossem concluídas, o que acabou não ocorrendo. Maurício Prado ressalta que a responsabilidade do abrigo em questão é da SP Trans e que é algo que, de fato, precisa ser retirado; está ligado ao planejamento da SP Trans.

Regina Maiello Villela, representante suplente da SMT no Grupo Gestor informa não ter conseguido confirmação acerca da implantação de ciclovia no canteiro central pois está previsto um corredor de ônibus na Av. Faria Lima com porta à esquerda. Maria Ermelina Malatesta destaca que SP Trans não tem clareza acerca do corredor de ônibus na Av. Faria Lima, sendo esta a razão de não responderem a este respeito. Regina Maiello Villela concorda, pois tentou a confirmação mas não conseguiu, e ressalta que a SP Trans está bastante emprenhada na questão dos 220 km de corredores de ônibus solicitados pelo Prefeito, mas não sinalizam com precisão acerca da Av. Faria Lima. Sugere a presença da SP Trans na próxima reunião, para abordar a questão. Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho entende que é muito oportuno, mas

que este assunto deve ter uma sequência de imediato, pois a próxima reunião deve acontecer apenas em três meses.

Adriana Rolim de Camargo informa que a Vivo (telefonía) deseja implantar postes na Nova Praça de Pinheiros para implantação de antenas da rede de telefonía móvel, e se convém permitir a implantação desses postes e, em troca, pedir wi fi gratuito para uso no espaço público.

Maria Ermelina Malatesta destaca a importância de haver um mapeamento da OUC contendo o que já foi feito e o que deverá ainda ser contemplado, de modo que, por exemplo, na questão da ciclovia, se já estivesse tudo destacado e mapeado, não haveria ocupação desses espaços por outros empreendimentos, por exemplo, o corredor de ônibus no canteiro central da Av. Faria Lima. Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho responde que as intervenções estão previstas em lei, e a ciclovia é exigência LAP desta operação urbana; e que, tanto por ocasião da aprovação da Lei da OUC quanto da emissão da LAP, não havia ainda projeto de todas as intervenções, o que também inclui a ciclovia. Ricardo Yazbek, representante titular do SECOVI no Grupo Gestor indaga se há projeto de paisagismo e por que não é implantado. Maurício Prado responde que há projeto de paisagismo, mas que todas as definições deverão estar acertadas para sua implementação, que deverá ser um dos últimos estágios desta intervenção.

Com auxílio de slides, Mauricio Prado passa a discorrer então acerca dos melhoramentos previstos nas vias da região do Largo da Batata. Das 21 vias a contemplar, 12 vias estão totalmente executadas, sendo que das 9 vias pendentes, 4 encontram-se em execução e 5 programadas para até o final deste ano.

Voltando à questão da ciclovia, Gustavo Partezani atualiza informes sobre o projeto de complementação da ciclovia da Avenida Faria Lima, informando que ela está prevista para iniciar a execução ainda este ano. A ciclovia deverá ser implantada conjuntamente entre a SP Urbanismo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Lembra que a ciclovia é uma demanda dos moradores ao longo de todo o trecho, é uma exigência da LAP que a SP Urbanismo deve atender, assim como as demais exigências da Licença. Lembra, ademais, que a proposta da ciclovia foi apresentada à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que anuiu ao mesmo. O projeto contempla conexões com as estações CPTM e conexão com diversos parques ao longo do percurso.

A proposta trata do prolongamento do trecho já implantado, adequando o trecho do Largo da Batata e aquele implantado pela Subprefeitura de Pinheiros, estende-se pelo prolongamento da Av. Faria Lima, Nova Faria Lima e Hélio Pelegrino, além de prever ciclo faixas como a de ligação como o Terminal de Pinheiros. O material necessário à licitação está preparado. Quanto ao custo da intervenção, deve ser acrescido ainda pela SVMA o valor da compensação ambiental necessária e sinalização semafórica.

Regina Maiello Villela volta à questão do corredor de ônibus no canteiro central da Av. Faria Lima, lembrando que proposta desta intervenção está sendo contemplada na revisão do Plano Diretor. Sua preocupação é que, caso as ações não sejam efetivamente conciliadas, a ciclovia pode sofrer ajustes depois de implantada. Gustavo Partezani destaca que o que existe é uma proposta do corredor que precisa ser

checada e trazida ao Grupo Gestor. Regina Maiello Villela, por sua vez, lembra a importância da existência de um plano de transporte que contemple o corredor de ônibus versus a implantação da ciclovia, considerando o risco de desfazer a ciclovia no futuro e a consequente perda de recursos.

Maria Ermelina Malatesta destaca sua experiência no assunto corredor de ônibus versus ciclovia e entende que, pela consolidação da ciclovia naquele trecho, pensa ser difícil vingar a implantação do corredor. Também lembra que há conexões com estações da CPTM que já receberam faixas exclusivas de ônibus, e que é possível que haja necessidade de alguma revisão. Aborda a conveniência de haver bicicletário na Nova Praça de Pinheiros e mesmo na garage subterrânea.

Gustavo Partezani informa que a continuidade das ações envolve encaminhar o projeto oficialmente à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Com auxílio dos slides da apresentação que é parte integrante desta ata, continua apresentando a proposta da ciclovia, ressaltando que é importante, nesta reunião, que o Grupo Gestor dê sua anuência.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho ressalta uma vez mais tratar-se de uma exigência da LAP.

O Grupo Gestor se mostrou favorável ao andamento das ações conforme apresentadas para implantação da ciclovia.

Na sequência, Sílvia Mariutti, de HABI-Sul/SEHAB, inicia sua apresentação do Real Parque, complementando os informes já trazidos ao Grupo Gestor nesta reunião pelo Eng. Luiz Henrique Tibiriçá. Dentre os esclarecimentos esclarece que a Favela do Real Parque era um complexo com cerca de 1300 habitações e que a proposta envolvia a substituição de todas as habitações precárias existentes por novas UH. A área utilizada para implantação do conjunto é exatamente o perímetro da favela, mais algumas porções de áreas adjacentes. Além de habitação o projeto prevê comércio (para os comerciantes originais da área, cerca de 80), exceto bares. Tais pontos comerciais pertencem à Prefeitura e a outorga é atribuída pela Subprefeitura – setor de abastecimento. Localizados no térreo de alguns dos blocos devidamente previstos em projeto, esses locais receberão comércio, serviços e ONGs. O critério das ocupações levará em consideração se a renda da família dependia exclusivamente desse comércio, casos de idosos, e assim por diante. Um edifício esportivo já projetado também deverá ser construído, bem como a creche, cuja gestão será outorgada às Secretarias competentes.

Questionada acerca da autoria do projeto do conjunto do Real Parque, Sílvia responde que os profissionais envolvidos eram de SEHAB/HABI, Jefferson e Geni Sugai, sendo que esta última ainda faz parte do corpo técnico daquela Superintendência, e o projeto executivo foi desenvolvido pelo escritório paulistano Coloneri.

Destaca que, futuramente, seria importante instalar elevadores para proporcionar maior conforto à população (há no projeto espaço devidamente reservado para a instalação); os moradores contemplados já instalados estão satisfeitos, cuidando, permanecendo no local.

Walkiria Mitiko Okuyama, representante da Secretaria de Finanças no Grupo Gestor pergunta se há condomínio e Sívia Mariutti responde que sim, que há um termo de permissão de uso remunerado no valor de R\$ 70 reais. Renata Esteves de Almeida Andretto, representante titular do Movimento Defenda São Paulo no Grupo Gestor questiona acerca se há acompanhamento dos moradores (pós uso), pois o investimento foi alto. Sílvia Mariutti explica que há equipe social que trabalha no próprio local para fazer o devido acompanhamento nesta etapa. Renata Esteves de Almeida Andretto pergunta o que é feito. Sílvia Mariutti destaca que, de maneira geral é bastante difícil; neste momento estão sendo iniciados contatos com as Casas de Mediação da Secretaria de Segurança Urbana; nesses locais se resolvem questões muito diversas na presença dos litigantes e de um mediador treinado para trabalhar essas questões. Muitas vezes há problemas de tráfico, que geram situações onde pessoas que compõem a demanda são alvo de ameaças e saem do local. Hoje a Prefeitura e o Governo do Estado têm como checar se determinada pessoa já teve atendimento habitacional público, evitando dessa forma o comércio de unidades (listagem). Renata Esteves de Almeida Andretto observa que há similaridade à Lei da Ficha Limpa, ou seja, se ela não foi atendida antes, ela recebe a unidade. Sílvia Mariutti corrobora a informação dada de que, uma vez na listagem, ele não seria mais atendido. Renata Esteves de Almeida Andretto propõe que quem rompe com a permissão de uso deveria ser punido de alguma forma. Antonio de Azevedo Sodré lembra ter entregue projeto para a área à então Secretária Ermínia Maricato há mais de 20 anos. Observa que o HIS do Real Parque é uma proposta diferente do Cingapura, que era completamente aberto. Entende que o Conjunto Real Parque é bem estruturado e conta com o apoio de SEHAB/HABI. Não está havendo o comércio que houve por ocasião de implantação do Cingapura. Agora se consegue que haja pagamento de taxas, além da permissão de uso, também a de manutenção. Mas, existem problemas, como por exemplo, necessidade de ponto de ônibus, unidade da polícia militar no local, pois ali ainda é uma área em que o poder do tráfico de drogas é muito grande. Renata Esteves de Almeida Andretto entende que seria muito importante a diminuição desse poder paralelo. Aproveita para manifestar-se quanto à aprovação da ata da reunião passada (17ª reunião realizada em 19/03/2013), dizendo ter sido orientada por Lucila Laretta a abster-se da votação por, naquela ocasião, não estar oficialmente indicada para participar do Grupo Gestor. Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho tranquiliza a representante do Movimento Defenda São Paulo lembrando que, em razão da sua não participação como membro na reunião anterior, sua votação não seria considerada.

Submetida à aprovação da Ata pelos presentes na reunião anterior, a ata foi aprovada sem ressalvas.

Marcos Alfredo Mendes Aldrighi, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB neste Grupo Gestor diz entender a preocupação de Renata Esteves de Almeida Andretto acerca da segurança no Conjunto, mas questiona a quem caberia este papel numa intervenção habitacional. Para Antonio de Azevedo Sodré a questão de segurança é papel do Estado.

Sílvia Mariutti pondera ser difícil dizer que quem manda é o tráfico, lembrando que esta questão é crônica e geral em toda região do Município, e que, de fato, favelas grandes em áreas nobres estão especialmente propensas à ação do tráfico, pois os clientes estão bem próximos. Quanto ao acompanhamento das famílias após a

mudança para as unidades habitacionais, Sílvia Mariutti esclarece que o “pós ocupação” se estende por dois anos.

Walkiria Mitiko Okuyama questiona o que acontece se o morador não paga a taxa de R\$ 70 reais. Sílvia Mariutti responde que o morador é cobrado. A questão da inadimplência é uma tarefa sobre a qual a Prefeitura tem se empenhado há cerca de 8 anos para zerar as dívidas existentes. De modo que o morador inadimplente é cobrado até o limite de perder o imóvel. No Real Parque não há casos assim. O controle é feito pela SEHAB.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho sugere que este tópico seja retomado na próxima reunião em razão do adiantado da hora e do quórum já reduzido a esta altura da reunião.

Sílvia Mariutti informa que um dos maiores problemas com respeito à demanda oriunda da Favela do Real Parque são pessoas que já moraram na Favela, mas não estavam morando no momento do cadastro realizado em 2008; de posse de documentos antigos tentam comprovar que já foram moradores, e acabam por levar seu pleito ao Ministério Público, pedindo inclusão no atendimento.

Sílvia Mariutti lembra que a transposição do Rio Pinheiros é uma grande demanda a ser avaliada pelo Grupo Gestor da OUC Faria Lima, através da qual seria possível atingir a rede de transporte coletivo da outra margem do rio, como a Estação Berrini da CPTM; ressalta que diante dessa estação há um terreno público, lembrando que a arquiteta Amanda Franco da SP Urbanismo já participou de estudos acerca dessa transposição e propostas para o local.

Antonio Carlos Cintra do Amaral filho relembra ainda de um projeto como compensação proposto pela empresa JHSF, onde a ligação seria feita por teleférico, em análise pela Prefeitura. Esta alternativa se sobreporia à uma travessia convencional de pedestres, que poderia trazer problemas de segurança, sobretudo à noite.

Marli Namur e Sílvia Mariutti concordam que alguma solução precisa ser dada ao pedestre e ao ciclista.

Nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 17hs45min.